

## PESQUISA

### **O MOTIM DE 1983 CONTRA A FOME E O DESEMPREGO EM SÃO PAULO**

MATHEUS DA SILVA\*

Este trabalho propõe discutir aspectos iniciais da pesquisa de mestrado em andamento sobre os saques e quebra-quebras em São Paulo entre os dias 04, 05 e 06 de abril de 1983. O intuito é o de recuperar a experiência de vida de um grupo social marginalizado, mas que no processo histórico em questão lutou ao seu modo para atingir seus objetivos. Na dissertação provisoriamente intitulada *O Motim de 1983 contra a fome e o desemprego em São Paulo*, aprofundar-nos-emos na compreensão da natureza e significado da ação da multidão, seus alvos e objetivos, composição social, a repressão à multidão e as repercussões na sociedade civil.<sup>1</sup> Paralelamente discutiremos as relações de poder imbricadas nas representações do motim elaboradas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e no dossiê produzido pelo delegado Walter Suppo da Polícia Civil.<sup>2</sup>

Passemos ao motim. A manhã do dia 04 de abril, (segunda – feira) era para ser como outra qualquer na metrópole paulistana mas, não foi. Por volta das 08h da manhã, formou-se uma fila de desempregados em frente da fábrica Ki-Refresco S.A. em Santo Amaro. Junto aos desempregados estavam Arnaldo Alves e José de Lima Soares - ligados

ao dep. Federal Aurélio Peres - com o objetivo de incentivar a participação destes desempregados no ato que havia sido chamado pelo Movimento contra o Desemprego e pelo Movimento Contra a Carestia no Largo 13 de Maio. O plano era reunir os desempregados na escadaria na Matriz de Santo Amaro e depois dispersá-los. Logo, os desempregados ficaram sabendo que, o que os levava até ali, a existência de empregos na fábrica, não passava de boatos, o que os deixaram furiosos. Partiram então, para o Largo 13 de Maio, onde encontraram com mais desempregados que haviam se dirigido para o local, a fim de participar do protesto. A intenção dos organizadores do protesto era de falar algumas palavras de ordem contra o sistema político e econômico e depois dispersá-los, como sempre acontecia, já que estas manifestações às segundas-feiras eram comuns na região desde 1981. Contudo, aquela não seria uma segunda-feira qualquer. Ao invés de se dispersarem, a multidão resolveu fazer uma passeata pelas ruas da região culminando nos saques e quebra-quebras.

O epicentro da revolta se sucedeu no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, zona sul de São Paulo. Santo Amaro faz parte do “*laissez-faire* urbano” anterior a 1964, caracterizado pelo grande crescimento das periferias sem nenhuma intervenção estatal<sup>3</sup>. Trata-se de uma região muito populosa, ponto final de muitas linhas de ônibus, com um forte centro comercial e bancário e inúmeras agências de emprego. Por todas estas características, a região tornou-se local propício para a concentração de vários movimentos sociais e políticos. Os próprios desempregados, devido à presença de inúmeras agências de emprego, sempre acabavam se aglomerando para trocar informações a respeito de

vagas de trabalho. Não é de se espantar que o número de pessoas em torno da manifestação cresceu rapidamente.

Em relação aos sujeitos, da multidão que participou do protesto, 506 pessoas foram detidas pela polícia, a grande maioria sobre as acusações de furto, arrombamento, danos materiais e lesões corporais. O delegado Walter Suppo, ao elaborar o seu dossiê, teve o cuidado de indicar alguns nomes dos envolvidos, classificando-os em dois grupos: O primeiro grupo “Pessoas de destaque sócio-político que direta ou indiretamente participaram dos acontecimentos dos dias 04 a 08 de abril de 1983” citando o nome de 45 pessoas - com uma breve descrição da sua filiação política e/ou sindical. Todos os indicados eram relacionados à oposição a ditadura, como a Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a Convergência Socialista, entidades estudantis e o Partido Comunista do Brasil (PC do B)<sup>4</sup>.

O segundo grupo, denominado de “Elementos” refere-se aos indivíduos comuns detidos, os quais constam em uma lista de 375 nomes, alguns casos acompanhados da filiação paterna, materna e do R.G. Alguns destes “elementos” (termo que já indica a percepção pejorativa que o delegado e a instituição que ele representa têm do povo, já que “elemento” é comumente usado para fazer referências àquilo que é desprovido de características humanas), têm uma descrição mais detalhada, é o caso de Henrique Soares Carneiro, preso pelo motivo de panfletagem e provocação de distúrbios, infrações consideradas crimes, de acordo com a Lei de Segurança Nacional vigente na época o que nos

sugere a permanência de um estado autoritário durante toda a permanência da autocracia militar no poder.

No dossiê elaborado pelo delegado Walter Suppo há uma clara intenção em associar o protesto com os sujeitos e organizações políticas e sociais de esquerda, sugerindo que, para as autoridades era premente encontrar os responsáveis pelo motim para que estes fossem devidamente punidos.

Por hora, as listas de nomes indicados no dossiê e na imprensa explicitam um aspecto importante da manifestação, o seu caráter policlassista, ou seja, a composição social heterogênea da manifestação. Políticos, militantes de movimentos sociais, empregados, desempregados, trombadinhas, homens, mulheres e menores de idade, enfim, uma ampla gama social. O que une todos estes setores era o amplo descontentamento com as péssimas condições de existência da classe trabalhadora: inflação, carestia, desemprego, fome, transportes coletivos de péssima qualidade e o sistema político vigente, principalmente no âmbito federal, o que nos apontam a existência de solidariedade e consciência horizontal.

A respeito das causas que motivaram a ação dos desempregados, as evidências analisadas nesta pesquisa indicam que as condições materiais de vida, a ausência de gêneros de consumo, a crítica ao Estado e ao modo de produção capitalista convergem durante a manifestação. Em março de 1983 a inflação atingiu o patamar de 10,1% disparando o preço dos alimentos<sup>5</sup>. O custo de vida no primeiro trimestre de 1983 teve um aumento geral de 26,9%<sup>6</sup>. Em março de 1983, o número de desempregados na região metropolitana de São Paulo era de 1.112.641<sup>7</sup>.

Para o sujeito desempregado as condições de reprodução material de vida tornavam-se bastante difíceis sua experiência material e afetiva. Um dos participantes do protesto, metalúrgico, desempregado, participante do movimento sindical e com atuação ativa no protesto, narra sua experiência sobre o desemprego.

(...) O operário quando ele é despedido de uma fábrica, para ele é o pior castigo que o mundo capitalista pode cometer contra ele... quando a gente está para ser demitido (...) dá um monte de insegurança porque a nossa vida é o trabalho... (...) A pressão não é só o fato da gente dever o aluguel ou a prestação da casa. O drama não é só este, o drama começa na família. (...)<sup>8</sup>.

Mantido no anonimato pela pesquisadora Paula Yone Stroh, “A” enfatiza que o desemprego é um “castigo”; traz consigo “insegurança”, por outras palavras, trata-se de uma experiência que provoca problemas afetivos (familiares) e materiais já que o desempregado não consegue pagar as contas e ter acesso aos gêneros básicos de consumo. A fala de “A” nos remete a percepção do narrador sobre a noção de que no sistema capitalista o proletariado por ser destituído dos meios de produção precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário para sobreviver, logo o trabalho é condição essencial para a reprodução material de vida. Também nos remete a observar a permanência da noção do valor moral do trabalho onde a posse da carteira assinada, por um lado, passa a ser um requisito indicativo de que o sujeito é honesto e útil na sociedade; por outro, é a garantia de sustento da família. Nestas circunstâncias, principalmente para o gênero masculino, o trabalho se tornou um requisito fundamental na constituição da identidade e dignidade do sujeito, pois, é no trabalho que o homem reafirma na

sociedade sua autoimagem de um sujeito produtivo e provedor da família<sup>9</sup>. Essa linha de raciocínio pode ser um bom caminho para a compreensão da grande participação dos homens em relação as mulheres no motim de São Paulo (Das 375 pessoas detidas citadas pelo delegado Walter Suppo, apenas 09 eram mulheres) um contraste se compararmos com outros motins da fome e carestia no qual historicamente as mulheres tiveram um papel preponderante<sup>10</sup>.

Outra experiência bastante significativa sobre as difíceis condições de existência da classe trabalhadora foi fornecida por José Benvenuto, do Comitê Contra o Desemprego de Osasco.

Srs. Deputados, companheiros, o que eu vejo no Brasil, principalmente aqui em São Paulo, é um momento muito difícil para o trabalhador, não só para o desempregado, mas para o trabalhador de um modo geral. Vejo o Brasil tão amplo, tão grande, mas vejo a classe trabalhadora como se estivesse vivendo na Segunda Guerra Mundial na Europa, nos campos de concentração. A classe trabalhadora vem morrendo aos poucos, passando por momentos de inanição. Isto é. Quando almoça não janta e vice – versa (...)Na minha região há dezenas de milhares de desempregados e quando consultamos o povo para se reunir, logo se entregam ao desespero e partem para os saques porque o povo não suporta mais passar fome e tanta miséria, vendo seus filhos pedindo pão, leite e água e o que lhe chega ao alcance é só água, quando não é cortada<sup>11</sup>.

O depoimento de José Benvenuto constata a sua percepção de que a situação é difícil não só para o desempregado, mas para toda a classe trabalhadora, sugerindo que para o depoente a classe não é fragmentada em empregado e desempregado, mas que todos pertencem a mesma classe. Chama atenção na sua fala a analogia entre as péssimas

condições de vida dos trabalhadores no Brasil de 1983 com a situação dos prisioneiros dos campos de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945.) para enfatizar a experiência dramática pela qual passavam os desempregados tanto que a experiência da fome e da carestia inflige tamanho desespero aos desempregados e aos seus filhos que estes acham justo partirem para os saques. Nota-se na narrativa que a experiência da fome para os desempregados consubstanciava-se em algo muito palpável em suas realidades fomentando o sentimento de revolta contra a situação de carestia. Não é a nossa intenção adaptarmos a realidade dos sujeitos da nossa pesquisa a nenhum tipo de modelo ou esquema teórico; todavia, não podemos deixar de dialogar com as sugestões de Thompson e o seu conceito de Economia Moral, entendida como valores que explicam o que é legítimo e ilegítimo para a classe trabalhadora em relação as atividades econômicas. Deste modo, a ação direta (saques e arrombamentos) seria nestes casos a implantação de uma justiça popular contra os abusos provocados pelas autoridades hegemônicas e a privação de gêneros básicos de sobrevivência.

Para piorar a situação dos desempregados, o Estado se eximia de qualquer política que pudesse amenizar o drama social, como o auxílio-desemprego, o que tornava a situação ainda mais grave. Esse cenário político de negligência para com as questões sociais fomentava o descontentamento da população com a condução política dos militares. Soares, metalúrgico, desempregado, com participação ativa no protesto de abril, explicita na sua narrativa o seu o despreço com as condições existentes para a reprodução material da vida, bem como para com o sistema político vigente. Segundo as palavras do Sr. Soares,

(...) a questão do desemprego é uma questão estrutural. (...) Nós sabemos muito bem que desde 64 para cá, a coisa piorou. Piorou muito, e quem é o culpado? (...). O regime militar que se instalou desde 64 para cá, massacrou profundamente as condições de vida da classe trabalhadora e da classe operária. (...). Vejam bem, desde 64 para cá, nós tivemos uma perda no poder aquisitivo de quase 500% basta ver, de 64 para cá. Então, vejam bem, nós produzimos a riqueza do País, mas ao mesmo tempo vivemos na miséria. O responsável por esta crise é o monstro chamado capitalismo. Agora existe o co-responsável que é o regime entreguista que está ai, que está ligado diretamente ao capital imperialista. (...) <sup>12</sup>.

Para Soares, a razão do desemprego e da miséria da classe trabalhadora era o modo de produção capitalista gerido pela autocracia militar instalada com o golpe de 1964. No seu depoimento, percebe-se a convergência dos fatores que podem explicar o motim dos desempregados: a ausência de gêneros de primeira necessidade, crítica ao modo de produção e o comando político da autocracia militar, bem como a constituição da consciência de classe no processo de luta ao identificar no sistema capitalista e no comando dos militares os responsáveis pelas péssimas condições de existência da classe trabalhadora. Por outras palavras, a convergência de fatores relacionados ao motim da fome em São Paulo implica na afirmação de que as circunstâncias da época estimulavam a desordem popular “(...) como também tendiam a determinar a natureza da explosão” <sup>13</sup>. Não obstante, não estamos afirmando que o motim da fome foi determinado pelos fatores econômicos, ao gosto do marxismo estruturalista, muito menos espasmos inconscientes motivados pela fome, como defendem as análises mais conservadoras. O diálogo com as evidências nos remete a

noção de experiência postulada por Thompson. Nesta perspectiva, o autor assinala:

Homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre essa situação determinada<sup>14</sup>.

Mesmo fazendo parte de uma sociedade material e estruturada em classes, as lutas não são determinadas pela estrutura, mas pela experiência e cultura dos sujeitos. Neste sentido, os desempregados, experimentando uma realidade de extrema pobreza e miséria, sem canais formais de negociação com o Estado e identificando neste as causas para os seus problemas, por meio da ação direta e violenta buscaram expressar seu descontentamento com a situação, bem como fazer as reivindicações para solucionar mesmo que de forma emergencial os problemas.

Retornemos à rua. Durante o protesto da manhã do dia 04, o primeiro alvo dos manifestantes foi o caminhão de laranjas da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos). Em seguida, parte dos os manifestantes se dirigiu até a Administração Regional de Santo Amaro. Ainda no dia 04, por volta das 14h, o grupo de manifestantes que se dirigiu para a Assembleia Legislativa adentrou o recinto. Causando furor entre os deputados, os manifestantes trataram de expor de modo veemente seus problemas e cobraram medidas para solucioná-los, sendo a criação do salário-desemprego a principal reivindicação. Na hora de ir

embora, os manifestantes apedrejaram quatro ônibus da CMTC e sob as palavras de ordem “ninguém paga” voltaram para Santo Amaro. No calor dos acontecimentos formou-se uma assembleia no Largo 13 de Maio a fim de instituir uma organização e liderança para o movimento. Com a participação de diversas lideranças sindicais criou-se o Comitê de Luta Contra o Desemprego. Uma das primeiras ações do Comitê foi a elaboração e posterior divulgação de um manifesto para comunicar a população como um todo as reivindicações e propostas dos desempregados. Intitulado de “Ao Povo Paulista”, o manifesto expõe o drama cotidiano dos desempregados privados de gêneros básicos de sobrevivência e por isso sujeitos a fome. Também conclama a união de toda a classe trabalhadora, sindicatos e políticos da oposição contra aqueles que eles identificam de forma nítida como os responsáveis pelo problema do desemprego: os militares. Como advogou Thompson é no processo de experiência de luta que ocorre a tomada de consciência de classe<sup>15</sup>, logo, a ação que se iniciou de forma não organizada vai adquirindo uma face mais politizada expondo por meio de suas ações tanto as reivindicações, quanto o fato do trabalhador empregado e desempregado estarem desamparados por parte do Estado e dos patrões de benefícios fundamentais para a sua sobrevivência. Há, portanto, nitidamente uma consciência política no movimento, por mais que o discurso hegemônico recusasse a reconhecê-lo.

Às 7h55 da manhã de terça-feira (05 de abril), tem início os comícios no Largo 13 de Maio com a presença dos deputados Aurélio Peres, Antonio Resk e Paulo Fratesch, além de sindicalistas e vereadores. A esta altura havia cerca de aproximadamente 500 pessoas no local<sup>16</sup>. Por

volta das 09h00 a multidão em passeata tomou a Avenida Adolfo Pinheiro em direção ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governador do Estado de São Paulo. Os ânimos já estavam bastante acirrados e durante o percurso da passeata (avenidas Adolfo Pinheiro, Santo Amaro e Morumbi) a multidão passou a engendrar os saques, quebra-quebras, invasões de propriedades e ofensas as pessoas que se punham a assistir o ocorrido. Entre as 11h e 12h, mais de 1000 manifestantes chegam a sede do governo estadual. Com a recusa do governador do Estado Franco Montoro em recebê-los, os manifestantes empreenderam uma tentativa de invasão do Palácio, derrubando as grades (ainda que decorativas) que cercam a sede do governo estadual. A polícia reagiu violentamente a tentativa de invasão; tem-se a formação de uma pequena batalha campal, de um lado a tropa de choque com seus cassetetes e bombas e do outro os manifestantes que atiravam pedras em direção a PM. Por volta das 13h o governador Montoro concordou receber uma comissão dos desempregados a fim de apresentar os planos do governo e ouvir as propostas dos representantes dos desempregados. Frente a frente, governador e desempregados, cercados pela imprensa travam um tenso diálogo. Enquanto Montoro lembrava os manifestantes que estava a poucos dias no governo, responsabilizava a gestão anterior e a ditadura, fazia promessas e pedia ordem, a comissão dos desempregados aproveitava a oportunidade para tecer suas reivindicações e críticas a ditadura militar.

Comissão – Viemos aqui conversar com o governador. Reivindicamos jornada de 40 horas semanais, sem redução do salário, estabilidade no emprego e, imediatamente, um passe (condução),

direito a assistência médico-social e direitos sindicais por um ano para os desempregados. Queremos ainda que o governador alugue alguns ônibus, para irmos a Brasília, pois pretendemos conversar com Figueiredo, juntamente com vocês. (...) Está todo mundo com fome, todo mundo desempregado. (...). O povo sabe muito bem que o inimigo não é o governo de São Paulo, que foi o povo que elegeu. O culpado pelo desemprego é o governo federal (...)¹⁷.

As evidências indicam que para os representantes dos desempregados o conflito era mais amplo que a busca pelo emprego e a satisfação da fome. O conflito era político, pois nas diferentes falas dos desempregados percebem-se passagens críticas a condução política e econômica da autocracia militar. Faz-se pertinente destacar nas duas últimas falas da comissão o reconhecimento que os desempregados davam para um governo democraticamente eleito, tanto que cobram a atenção e a presença do governador “que foi o povo que elegeu” no palco inicial dos conflitos. Todavia, se o governador não vai até os manifestantes, os manifestantes vão até o governador para cobrá-lo das suas obrigações. Comportamento semelhante foi observado por Thompson na Inglaterra do século XVIII quando “(...) Em muitas ações, especialmente nas antigas regiões manufatureiras do leste e do oeste, a multidão reclamava que, como as autoridades se recusavam a executar ‘as leis’, ela é que tinha que executá-las”¹⁸. Já sugerimos em outra passagem que a recusa das autoridades em abrir negociação, em reconhecer os desempregados como sujeitos plenos de direitos, somado ao que Munhoz apontou como gosto pela transgressão da ordem após anos de silenciamento forçado¹⁹, bem como a realidade experimentada repleta de dificuldades podem ser entendidas como as causas que estimularam o

motim. Neste caso, o motim, peça principal da teatralização da revolta popular pode ser entendido como uma estratégia para forçar as autoridades a negociação e a solução dos problemas pelos quais os desempregados passavam.

Ainda no dia 05 por volta das 17h, um grupo de manifestantes tentou invadir o 11.º Distrito Policial com o objetivo de soltar os presos da ação policial durante o dia. A ação foi violentamente reprimida pela polícia que usou bombas de gás lacrimogênio, de efeito moral e cassetetes. No decorrer da tarde os saques e depredações atingiram o centro da cidade. A ação violenta dos policiais não impedia os manifestantes que atacavam as lojas da região. Escolas suspenderam as aulas, o comércio e a igreja no Bairro de Pinheiros fecharam suas portas.

Faz-se pertinente tecer alguns comentários sobre a violência em forma de saques e quebra-quebras empreendida pela multidão. Em nosso entendimento, a percepção dos desempregados da desigualdade nas relações de poder, bem como a ausência de canais formais de negociação pode ser um poderoso indicativo para a compreensão dos ataques aos alvos mais próximos que representavam símbolos imediatos da carência e do descontentamento dos manifestantes: os ataques ocorreram a um caminhão de laranja e a supermercados, para satisfazer a fome. Já os ataques a Sede da Administração Regional, ao Palácio dos Bandeirantes, luminárias, transportes públicos, sugerem que os ataques foram direcionados a símbolos que remetem ao poder público, ou seja, ao Estado, a fim de mostrar o descontentamento com a situação política do momento e aos serviços oferecidos, estes entregues à população. O fato de existirem alvos específicos indica que a multidão não agiu

irracionalmente o que nos permite afirmar que o emprego da violência constitui-se em um recurso muito poderoso para chamar a atenção das autoridades.

Georges Rudé indica que a prática da violência era parte regular do comportamento da multidão em ação. “A destruição da propriedade privada é, portanto, uma característica constante da multidão (...); mas não a destruição de vidas humanas”<sup>20</sup>. Na mesma linha de raciocínio, Dominique Julia lembra-nos que a violência deve ser vista como um sistema simbólico de representações, sendo assim, diante de um governo opressor e negligente para as questões sociais, usa-se a violência nas manifestações no intuito de por um fim nos abusos, injustiças e a fome. Outro ponto levantado pelo autor é que historicamente as ações da multidão não são violentas contra a vida humana<sup>21</sup>. O motim de São Paulo confirma tal premissa, pois, após três dias de protesto houve um único caso de vítima fatal.

Todavia, para o grupo hegemônico de poder o motim era uma inconveniência; um exemplo de rompimento da ordem e da disciplina social e não podia continuar assim. A manutenção da ordem passou a ser uma exigência das autoridades hegemônicas e a violência policial foi a primeira opção adotada confirmando o pressuposto de que historicamente nas relações de poder a violência policial é um elemento constitutivo da classe dominante para a manutenção da ordem social e política. Ou seja, nas relações conflituosas de poder, a classe dominante combate a oposição com repressão para manter a sua hegemonia e impor obediência e deferência aos populares. Era preciso dar exemplos punitivos, para restabelecer a credibilidade da ordem. Nesse sentido, no

episódio dos desempregados de São Paulo a instituição policial teve papel primordial como órgão de repressão e manutenção da ordem política e controle social empregando intensa violência para com os manifestantes.

(...) por volta das 17h20, pelo menos 300 pessoas cantando o hino nacional e gritando slogans deixou a praça e subiu a rua Isabel Schmidt em direção à 11ª Delegacia de Polícia para libertar os detidos. Na esquina da rua São Benedito, já havia mais 700 pessoas, que nesse momento foram violentamente reprimidas pelo Tático Móvel, Rádio Patrulha e pela Tropa de Choque. Houve vários presos e feridos. A pancadaria só parou com a interferência do assessor do deputado Sérgio dos Santos Herbert Reis, que pediu uma trégua aos policiais<sup>22</sup>.

A reportagem acima do jornal O Estado de S. Paulo é um raro momento em que o veículo põe de lado seus argumentos nem um pouco condescendentes sobre o protesto dos desempregados para informar ao seu público-leitor a violência infligida aos manifestantes pelas forças de segurança pública. As expressões “violentamente reprimidas”, “pancadaria” e “trégua” sugerem que a ação policial usou excessivamente do artifício da violência para conter os protestos. Neste sentido, Arleide Alves, participante do movimento, expõe de modo indignado: “(...) eles bateram muito na gente. Ela não é a nova polícia?”<sup>23</sup>. Transparece na fala de Arleide Alves a crítica a polícia como instituição. Permeando a sua fala observa-se a incredulidade com a permanência da repressão em tempos de promessas de abertura democrática. A denúncia e o questionamento de Arleide Alves sobre a atuação da polícia na manifestação dos desempregados revelam a continuidade da concepção de que qualquer indivíduo que transgredisse a ordem era considerado um

inimigo, o que justificava a repressão policial aos manifestantes, tão ao gosto das classes dominantes. E assim se fez. Durante o dia 06 de abril o Bairro de Santo Amaro amanheceu sob forte policiamento. 2500 policiais foram espalhados em pontos estratégicos para reprimir os manifestantes. No centro, o comércio permaneceu fechado e no período da tarde houve choques violentos entre os manifestantes e a PM, mas no geral, o ímpeto da multidão diminuiu e a cidade, ainda que num clima de tensão, voltava ao normal.

Durante as manifestações, enquanto os saques e quebra-quebras iam ocorrendo slogans eram cantados, “Queremos emprego”; “Estamos com fome”; “O povo está a fim da cabeça do Delfim”; Um, dois, três, quatro, cinco mil, ou param o desemprego ou paramos o Brasil”; “Chora Figueiredo, chora, esta na hora de você ir embora”<sup>24</sup>. Brados grandiloquentes eram conclamados, como o do menor L.S. de 13 anos, que disse a reportagem d’O Estado de S. Paulo que assim como o seu pai, estava desempregado há dois dias e que por isso “Tem que quebrar sim, se quebrarmos muita coisa o prefeito vai arrumar emprego para mim e para meu pai.”<sup>25</sup>. Outro exemplo marcante é a fala de Sebastião dos Santos, pintor industrial, pai de três filhos, desempregado há três anos: “Enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Nem quebrando, eles não ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia. Tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego, querem me pagar o que ganhava em 80. Não dá”<sup>26</sup>.

As experiências dos sujeitos protagonistas do protesto pelas ruas de São Paulo nas suas motivações, alvos e comportamentos como os slogans e discursos inflamados revelam que durante o processo de luta

ocorreu a tomada de consciência política dos desempregados de que a causa para os seus males, era o Estado controlado arbitrariamente pela autocracia militar. Indicam ainda que, ação violenta era legítima, um recurso capaz de chamar a atenção das autoridades políticas para a situação de carestia e desemprego e também para a situação de exploração da massa desempregada, haja vista que quando surgia uma oportunidade de emprego os salários oferecidos eram defasados. Isto quer dizer que não se tratava de um movimento pré-político e sem ideologia. A ocupação do espaço público e, conseqüentemente, os atos de saques e quebra-quebras dos desempregados foi o recurso encontrado para chamar a atenção para a sua causa. Parafraseando Thompson, os amotinados sabiam que a única maneira de serem notados pelas autoridades políticas era torcendo-lhes o braço<sup>27</sup>.

A ação dos desempregados acabou por se constituir em algo maior que o descontentamento pela fome e a demanda por emprego. A luta foi política. A ação dos desempregados contribuiu para denunciar as péssimas condições de vida e trabalho da população, bem como uma séria crítica ao Estado e aos abusos do modo de produção, constituindo-se num ato concreto de cidadania. Além do mais, suas exigências fizeram com que os representantes do Estado e a sociedade civil procurassem, mesmo que efemeramente, dar respostas às demandas levantadas durante a manifestação. Enfim, nem amorfos, nem dotados de grandes ações. Nem irracionais, muito menos a nova vanguarda revolucionária de luta. Simplesmente sujeitos históricos que permeados pela experiência e cultura que lhes são próprias resistiram contra as dificuldades do seu

tempo e se reapropriaram do político fazendo valer seus direitos como cidadãos.

## Notas

---

\*Licenciado em História pela Universidade de Sorocaba com Pós-graduação Lato Sensu no curso História, Sociedade e Cultura do programa de Pós-graduação da PUC-SP. Desenvolve atualmente pesquisa de mestrado em História Social pela PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Dias. Possui auxílio à pesquisa do CNPq. E-mail para contato mthsil13@gmail.com

<sup>1</sup> Para os propósitos desta pesquisa recorreremos ao seguinte “corpus” documental: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Pastas sobre o Movimento Contra a Carestia (20-C-049-28337-20-C.04426511).Relatórios sobre os saques e quebra-quebra ocorridos entre os dias 4 e 8 de abril. Pasta 7, documento físico, 13-S-6-656. Jornais O Estado de S. Paulo: Acervo físico da Biblioteca Municipal Mario de Andrade; Folha de S. Paulo: Acervo digital disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>. Depoimentos relatados pelos desempregados na Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo (instalada em agosto de 1983), articulados com trechos transcritos de três entrevistas citadas pela pesquisadora Paula Yone Stroh na sua dissertação de mestrado (STROH, Paula Yone. **Vai trabalhar vagabundo – A exclusão social e o protesto político dos desempregados em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP, 1998.).

<sup>2</sup>A título de esclarecimento faz-se pertinente mencionar que devido o espaço reduzido deste artigo não adentraremos na discussão sobre as relações de poder imbricadas nas representações do motim.

<sup>3</sup> KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil (1994). “Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização”. In: KOWARICK, L. e ANT, C.(orgs.) **As Lutas Sociais e a Cidade – São Paulo**: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

<sup>4</sup> APESP. DOSSIÊ DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, 03 de junho de 1983, p. 69, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7.

<sup>5</sup> INFLAÇÃO em março chegou a 10,1%. *Folha de S. Paulo*, p.17, 08/04/1983.

<sup>6</sup> BIONDI, Aloysio. Alimento forçou a inflação de março, não a maxi de 30%. *Folha de S. Paulo*, p.22, 09/04/1983.

<sup>7</sup> Departamento Intersindical de Estáticas e Estudos Sócio-Econômicos. **Emprego e Desemprego na Grade São Paulo. Conceitos, metodologias e principais resultados**. 1981-1983, p.34-35.

<sup>8</sup> “A” apud STROH, Paula Yone. **Vai trabalhar vagabundo – A exclusão social e o protesto político dos desempregados em São Paulo**. Mestrado, PUC-SP, São Paulo, Brasil, 1998, p. 80-81.

<sup>9</sup> LIMA, Antônia J. de. **As Multifaces da Pobreza**. Formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Editora Halley, 2003, p. 262-263.

<sup>10</sup> REIS J. J; AGUIAR, M, G D. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. in: *Revista de História*, n.º135, 2.º sem. 1996, p.147.

<sup>11</sup> Sr. José Benvenuto, representante do comitê contra o desemprego de Osasco. Depoimento concedido a Comissão Especial de Inquérito da ALESP para apurar as

- 
- causas do desemprego e propor medidas para a sua superação. Agosto de 1983, p.29-30.
- <sup>12</sup> Sr. Soares. Depoimento concedido a Comissão Especial de Inquérito da ALESP para apurar as causas do desemprego e propor medidas para a sua superação. Agosto de 1983, p.12-16.
- <sup>13</sup> RUDÉ, G. **A Multidão na História**. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730 – 1848). Rio de Janeiro: campus, 1991, p.258.
- <sup>14</sup> THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.p. 182.
- <sup>15</sup> THOMPSON. E.P. **A Formação da Classe Operária**. A árvore da liberdade. São Paulo. Paz e Terra, 2011 [6.ª Ed] p. 10-11
- <sup>16</sup> APESP. DOSSIÊ DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, 03 de junho de 1983, p. 34, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7.
- <sup>17</sup> NUM diálogo áspero, promessas. *Folha de S. Paulo*, p.10, 06/04/1983.
- <sup>18</sup> THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras 1998 [6.ª Ed.], p. 178.
- <sup>19</sup> MUNHOZ, Sidnei José. **A ordem do “caos” versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983**. Dissertação de Mestrado em História do Brasil Contemporâneo. Campinas: Unicamp, Campinas, Brasil, 1989, p.63-64.
- <sup>20</sup> RUDÉ, op. cit. p. 273.
- <sup>21</sup> JULIA, D. “A violência das multidões: é possível elucidar o desumano?” in: BOUTIER, J; JULIA, D. (Orgs.). **Passados Reconstituídos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, ED. FGV, 1998, p. 221.
- <sup>22</sup> 14H – A multidão estimulada a protestar. *O Estado de S. Paulo*, p. 42, 05/04/1983.
- <sup>23</sup> APESP. DOSSIÊ DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, 03 de junho de 1983, p. 29, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7.
- <sup>24</sup> APESP. DOSSIÊ DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO, 03 de junho de 1983, p. 28, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7.
- <sup>25</sup> NA Sé, mais cinco horas de distúrbios. *O Estado de S. Paulo*, p.20, 07/04/1983.
- <sup>26</sup> ORGANIZADORES alegam descontrole. *Folha de S. Paulo*, p.13, 05/04/1983
- <sup>27</sup> THOMPSON, op. cit., p. 183.